

# Fundação vai ao TST contra aumento

Roselle Amorim

A Procuradoria Jurídica da Fundação Educacional vai se basear na Medida Provisória 185, que permite o efeito suspensivo dos benefícios adquiridos em dissídios coletivos, para tentar invalidar a sentença do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que concedeu aos professores um reajuste de 54,5%, ainda não pagos pelo governo. Segundo o chefe da Procuradoria, Brasilino Santos Ramos, essa decisão poderá ser revertida no Tribunal Superior do Trabalho (TST), à luz da nova medida, e será analisada depois que o processo, em tramitação no TRT, for remetido à instância superior.

O advogado do Sindicato dos Professores, Ulisses Borges de Resende, ao contrário do que afirmou ao *Jornal de Brasília* no último sábado, reconhece que a Fundação poderá pedir o efeito suspensivo para inviabilizar os ganhos da categoria até agora, mas não acredita que o TST altere a sentença inicial. Hoje, o processo aguarda o julgamento pelo TRT de um pedido

encaminhado pelo Sindicato para esclarecer se os dias parados durante a greve devem ser pagos ou não. Depois de julgado esse "embargo declaratório" e admitidos os recursos cabíveis pelas partes, o processo então vai para o TST, quando a Fundação terá oito dias para apresentar o pedido de efeito suspensivo.

## Medida

Segundo Brasilino Santos, esse pedido é diferente da medida cautelar apresentada pela Fundação ao TST, através de um agravo regimental, solicitando o efeito suspensivo da decisão do TRT que determina o pagamento imediato dos 54,6%. "Esse pedido foi indeferido e entramos com recursos sobre ele", explica o advogado da Fundação. Para os professores, apesar dessa possibilidade da sentença ser julgada e alterada no Tribunal Superior, o GDF continua descumprindo a decisão do TRT, endossada pelo indeferimento do TST ao pedido da Fundação. "Pelo que já foi decidido até o momento, a Fundação já deveria ter pago a categoria e aguardar o final do processo", explicou Ulisses Borges.

Na avaliação do advogado e da diretoria do Sindicato, a possibilidade aberta pela medida proviória para pedidos de efeito suspensivo não desobriga a Fundação de cumprir com o pagamento do reajuste. "A Fundação está descumprindo a decisão do TRT desde o dia 16 de março, quando houve o julgamento e já se passaram sete semanas e até hoje nada foi resolvido", salientou o diretor Marcos Pato. Para Brasilino Santos, porém, não há descumprimento pela Fundação, porque "o processo está *sub judice* e pendente de julgamentos".

No próximo dia 28, o TRT julgará ainda uma ação de cumprimento de sua sentença, pedida pelos professores como forma de executar a Fundação para o pagamento do reajuste, referente às perdas do Plano Verão. Para o advogado Ulisses Borges, os dissídios coletivos sempre exigiram uma solução rápida para as categorias, mas nesse caso, a Fundação se recusa a pagar o reajuste", mesmo sem ter uma contra-ordem jurídica que lhe garanta o descumprimento da decisão do TRT".

## Professor terá horário controlado

O responsável pelo controle do horário de trabalho dos professores, que iniciam hoje uma "greve branca" — reduzindo a carga horária aos alunos — será o diretor da escola. Ontem, a secretária de Educação do GDF, Malva Queiroz, disse que "os diretores serão fundamentais nesse processo, enviando diariamente à Fundação Educacional um mapa com o tempo de aula dado, para que seja feito o corte do salário dos professores relativo às horas paradas". O Governo do DF recorreu à Justiça contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de pagar 54% de reposição salarial à categoria.

Malva justificou a posição da secretária afirmando que "os diretores recebem, além do salário, uma comissão para atuar como administradores das escolas". Malva

disse, ainda, que a diminuição do horário das aulas "não tem respaldo legal". Ela leu o artigo 69 do regimento da Fundação, que foi utilizado anteriormente pelo Sindicato dos Professores (Sinpro), para ratificar a "greve branca", em defesa do seu argumento: "A redução do tempo de ensino para duas horas diárias só poderá acontecer em casos excepcionais, e o diretor precisa deixar o motivo registrado". O mesmo artigo diz também que o dia letivo terá quatro horas.

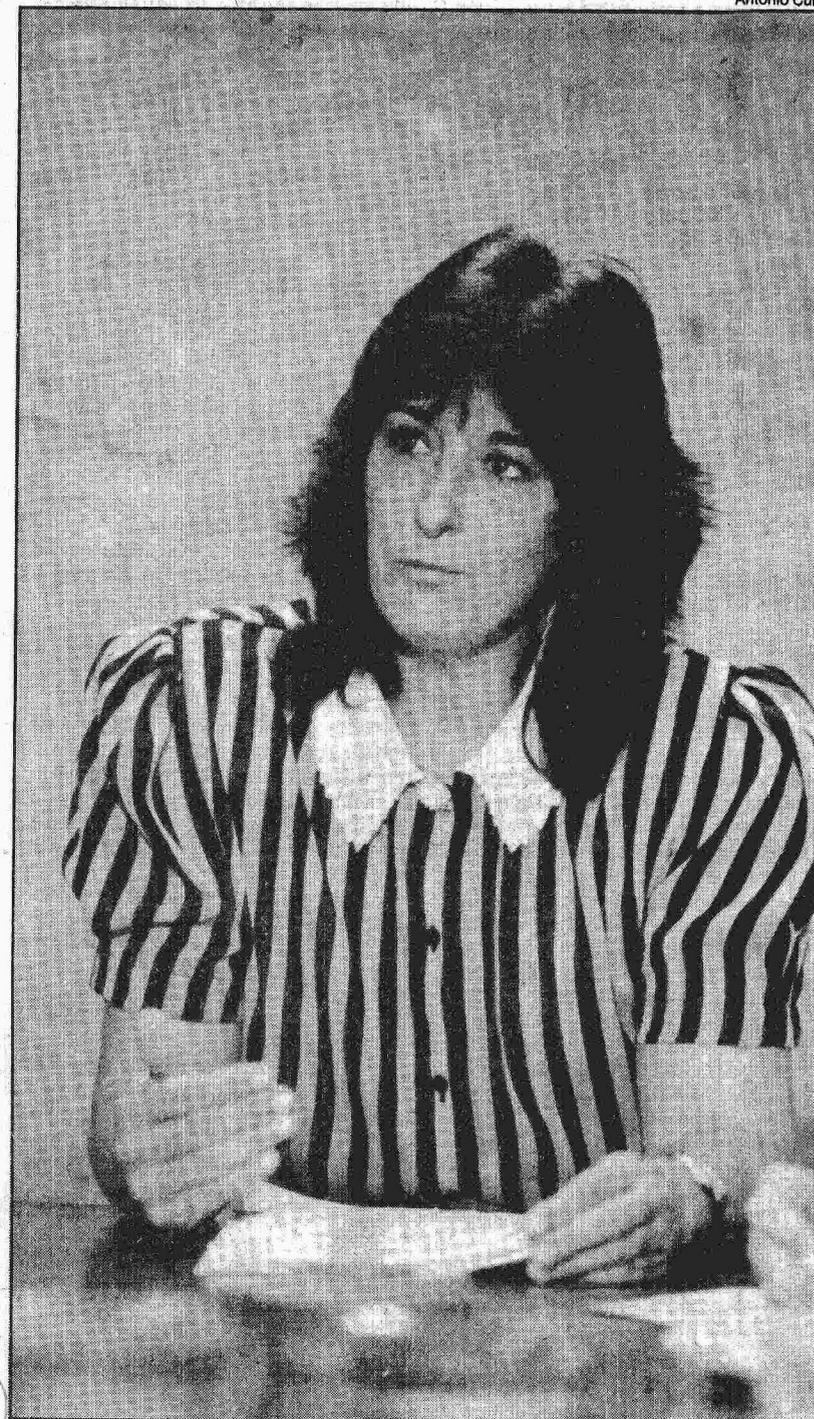
## Contracheque

A excepcionalidade pode ocorrer, por exemplo, em caso de falta d'água no estabelecimento de ensino ou numa seca rigorosa, quando a umidade cai bastante", explicou. A secretária declarou que considerará a redução do horário como uma atitude "imoral e irresponsável" e

que a posição do GDF, de reduzir os salários, é irreversível. "Se estamos com a questão na Justiça era preciso que a categoria entendesse a necessidade de ter paciência", afirmou, observando que o atraso no processo, ao contrário do que diz o Sinpro, "é decorrente de uma ação do próprio sindicato".

Segundo ela, no último nove de abril, os professores entraram com um pedido de embargo de declaração no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), para que fosse modificada a decisão que considerou a última greve deles como "ilegal e abusiva". Malva observou que falta a votação desse pedido e do recurso impetrado pelo GDF, "até que o processo chegue ao Tribunal Superior do Trabalho, que dará a palavra final, que será prontamente atendida pelo governador.

Antônio Cunha



Malva quer diretores controlando o horário dos professores

## Pressão é para conseguir 54%

Os professores da Fundação Educacional começam, a partir de hoje, a reduzir o horário dos turnos letivos na tentativa de pressionar o GDF para o pagamento do reajuste de 54,5% concedido à categoria pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Nas turmas de 1ª a 4ª série, os alunos serão dispensados uma hora ou 45 minutos mais cedo, respectivamente para aqueles que tenham 4 ou 3 horas de aula normalmente. Nas turmas de 5ª série ao 2º grau, os professores reduzirão uma hora/aula, que varia de 40 a 50 minutos e apenas os alunos de turnos intermediários não terão redução no horário de aulas.

Segundo o diretor do Sindicato dos Professores, Marcos Pato, a medida, aprovada pela categoria na assembléa da última sexta-feira, não é uma greve branca, como classificou a secretária da Educação Malva Queiroz. "A redução do turno letivo é mais uma forma de pressionar o GDF para o pagamento do reajuste e foi decidida pelos professores na tentativa de evitar a deflagração de uma greve e de seus efeitos sobre o ano letivo", explicou Marcos.

## Cartas

A redução do período de aulas ocorrerá no final do expediente e apenas os alunos estarão dispensados. Os professores, segundo a diretoria do Sindicato, deverão continuar nas escolas e discutir a situação da categoria. Ontem, os pais de alunos receberam uma carta assinada pelo Sinpro explicando a decisão da categoria e pedindo a sensibilização da comunidade, na tentativa de pressionar o Governo e evitar uma nova greve.

Na próxima sexta-feira a categoria realiza mais uma assembléa para avaliar o impacto da redução, mas segundo Marcos Pato, a expectativa é de que a medida seja adotada pela maioria dos 17 mil professores e que atinja também grande parte dos 380 mil alunos da rede.